



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário **0198700-20.1995.5.02.0032**

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 17/08/1995

Valor da causa: R\$ 0,00

Partes:

RECLAMANTE: SANDRO JOAQUIM SANTANA

ADVOGADO: DANIELA REGINA FERREIRA

ADVOGADO: ROGERIO PACILEO NETO

RECLAMADO: PANIFICADORA E CONFEITARIA SAO FELIX DO PIAUI LTDA

RECLAMADO: RAIMUNDO LELIO DE AZEVEDO

RECLAMADO: MARIA CAROLINA HANSEN MURBACK UEMATO

ADVOGADO: ANDREA DE OLIVEIRA FURLANETTO

ADVOGADO: ROSIMEIRE SOUZA SANTOS

TERCEIRO INTERESSADO: CNseg

TERCEIRO INTERESSADO: FUNDO DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS
ATOrd 0198700-20.1995.5.02.0032
RECLAMANTE: SANDRO JOAQUIM SANTANA
RECLAMADO: PANIFICADORA E CONFEITARIA SAO FELIX DO PIAUI LTDA E
OUTROS (2)

Edital de Leilão Judicial Unificado

32ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP

Processo nº 0198700-20.1995.5.02.0032

O Juiz do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 18/02/2025, às 11:01 horas, através do portal da leiloeira Fabiana Cusato - www.unileiloes.com.br, serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: **SANDRO JOAQUIM SANTANA, CPF: 181.699.288-77, exequente, e PANIFICADORA E CONFEITARIA SAO FELIX DO PIAUI LTDA, CNPJ: 67.095.570/0001-83; RAIMUNDO LELIO DE AZEVEDO, CPF: 077.715.708-01; MARIA CAROLINA HANSEN MURBACK UEMATO, CPF: 022.808.698-10, executado(s), conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:**

VEÍCULO DE PLACA FIQ-6G38, RENAVAL 00550855890, CHASSI 9BGRG08F0EG105643, CPF DO PROPRIETÁRIO 262.631.998-81. DESCRIÇÃO: Um AUTOMÓVEL marca/modelo CHEVROLET/CELTA 1.0L LS, ano fabricação/modelo 2013 /2014, cor cinza, combustível álcool/gasolina. OBSERVAÇÕES: 1) Certificou o Oficial de Justiça (id:1655a3a): "verifiquei que o veículo está registrado em nome da executada, apesar de estar cadastrado sob o CPF nº 262.631.998-81, diferente do existente no processo. Cumpre ressaltar que verifiquei através do sistema Infoseg que a Sra. Maria Carolina possui dois CPFs, sendo que o CPF que consta nos autos está suspenso, segundo documento em anexo, e o CPF do registro do veículo está regular, o qual foi reconhecido pelo seu filho. (...) O veículo está em pleno funcionamento e bom estado de conservação sem aparentes avarias relevantes"; 2) HÁ RESTRIÇÃO ADMINISTRATIVA - comunicação de venda; 3) HÁ DÉBITOS DE MULTAS no importe de R\$ 311,45, atualizado até 08/10/2024; 4) Verificou-se que o expediente restou silente com relação a eventual isenção dos créditos tributários para o arrematante, assim, ante a informação supra, à luz do decidido pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais e nos termos do art. 1º, § 7º do Provimento GP/CR nº 07/2021, o arrematante adquire o bem livre de quaisquer ônus tributários. Ficarão a cargo do arrematante os débitos (propter rem) de natureza não tributária que constarem expressamente do edital (art. 1º, § 8º do

referido provimento). VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais).

Local dos bens: Rua Benedito Santos, nº 71, Jardim Bela Vista, Monte Mor - SP.

Total da avaliação: R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais).

Lance mínimo do leilão: 30% do valor da avaliação.

Leiloeira Oficial: Fabiana Cusato

Comissão do Leiloeiro: 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica.

O **exercício do direito de preferência** deverá ser requerido junto ao leiloeiro, por e-mail: juridico@unileiloes.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão.

O arrematante, que não seja exequente no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do leiloeiro, calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do leiloeiro será paga diretamente a ele mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião do leilão. Por ato voluntário, o arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O arrematante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do leiloeiro, com esta opção, atendendo às seguintes condições:

a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;

b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;

c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo.

d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais).

e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais.

f) Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, ou no caso da sua não apresentação ao Leiloeiro no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para "À VISTA", nesse caso, o arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.

f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

g) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão

Visitação dos bens: as 9:00 às 18:00 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do leiloeiro

oficial ou de quem este indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o leiloeiro oficial o compromisso de depositário fiel

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional – DJEN.

SAO PAULO/SP, 08 de outubro de 2024.

DANYEL DOS SANTOS PINTO

Servidor



Documento assinado eletronicamente por DANYEL DOS SANTOS PINTO, em 08/10/2024, às 15:20:41 - 0c78683
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/24100815202726700000370679821?instancia=1>
Número do processo: 0198700-20.1995.5.02.0032
Número do documento: 24100815202726700000370679821